



 **diferencial**
c o n c u r s o s

LEI 8.112/90

2022

**1.000 QUESTÕES
COMENTADAS SOBRE
A LEI 8.112/90**

APOSTILA DIGITAL

1000

Questões fundamentadas
Lei 8.112/90

APOSTILA AMOSTRA

Para adquirir a apostila de 1000 Questões Fundamentadas do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais – Lei 8.112/90

acesse o site:



S U M Á R I O

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	278
Bibliografia.....	428

A P R E S E N T A Ç Ã O

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 é exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de uma lei a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES**1. Marque alternativa falsa.**

- a) Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor de União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.
- b) O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) A lei nº 8.112/90 não fixa o valor mínimo para a ajuda de custo.
- d) Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.
- e) A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 6 (seis) meses.

2. Marque a opção que completa a lacuna:

A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de meses.

- () três
- () seis

3. Na concessão da licença para tratamento da saúde, a inspeção médica:

- a) Será realizada na residência do servidor, sempre que necessário.
- b) Será realizada na residência do servidor, sempre que houver decisão de junta médica.
- c) Será sempre realizada na residência do servidor.
- d) Nunca será realizada na residência do servidor.
- e) Será realizada na residência do servidor, sempre que houver pedido do servidor.

4. Julgue o item a seguir:

O aprovado no concurso público dentro do número de vagas ofertadas no edital terá direito líquido e certo à nomeação.

- () FALSO
- () VERDADEIRO

5. Se o servidor praticar crime contra a administração pública, será aplicada a penalidade de:

- a) Advertência.
- b) Suspensão de até 90 (noventa) dias.
- c) Exoneração.
- d) Demissão.
- e) Repreensão.

6. Analise a veracidade das frases.

- I. Em caso de remoção por ofício, corre por conta do servidor público as despesas do transporte de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.
- II. À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.
- III. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de noventa dias.

Está (ão) correta(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) Nenhuma.
- d) II.
- e) III.

7. Marque a opção que completa a lacuna.

As sanções civis, penais e administrativas..... cumular-se.

- () poderão
- () não poderão

8. Em relação à posse do servidor público, é incorreto afirmar que:

- a) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias, improrrogáveis, contados da publicação da nomeação.
- b) Por meio de procuração específica, poderá ocorrer a posse.
- c) Caso o nomeado não tome posse no cargo público, haverá a exoneração ex officio.
- d) A posse dependerá de prévia inspeção médica.
- e) Das hipóteses de provimento, só haverá posse no caso de nomeação.

9. As férias poderão ser parceladas em até.

- a) Duas etapas.
- b) Três etapas.
- c) Quatro etapas.
- d) Cinco etapas.
- e) Seis etapas.

10. O servidor público que, nessa qualidade, causou prejuízo a terceiro, no tocante à reparação patrimonial do dano:

- a) É obrigado solidariamente com o Estado.
- b) Fica sujeito à ação regressiva, sendo suficiente a prova do dano e nexu casual.
- c) Fica sujeito à repetição da quantia despendida pela Fazenda Pública, salvo se, em razão do fato, for demitido.
- d) Responde, em ação regressiva, pela devolução da quantia paga à vítima, mediante a prova que agiu com dolo ou culpa.

- e) Fica obrigado a repor a quantia pela Fazenda Pública, se tiver agido dolosamente.

11. Acerca do auxílio moradia, marque a alternativa falsa:

- a) O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a vinte e cinco por cento do valor do cargo em comissão, da função de confiança ou do cargo de Ministro de Estado ocupado.
- b) O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
- c) O valor do auxílio-moradia será reduzido em vinte e cinco pontos percentuais a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento, e deixará de ser devido após o quinto ano de recebimento. Esse prazo não terá sua contagem suspensa ou interrompida na hipótese de exoneração ou mudança de cargo ou função.
- d) Transcorrido o prazo de quatro anos após encerrado o pagamento do auxílio-moradia, o pagamento poderá ser retomado se novamente vierem a ser atendidos os requisitos do art. 60-B desta lei.
- e) No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior.

RESPOSTAS**1.**

Resposta: E
Fundamento
Art. 56, caput da Lei 8.112/90
Art. 57 da Lei 8.112/90
Art. 54 da Lei 8.112/90
Art. 53, § 1º da Lei 8.112/90
Art. 54 da Lei 8.112/90

2.

Resposta: Três
Comentários:
Art. 86, § 2º da Lei 8.112/90

3.

Resposta: A
Comentários:
Art. 203, § 1º da Lei 8.112/90

4.

Resposta: F
Comentários:
Aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, o candidato ainda <u>não tem direito ao cargo</u> . Porém, têm dois direitos assegurados: o de ver respeitada a ordem de classificação e o de ser chamado com prioridade sobre os demais aprovados em concurso subsequente, dentro do prazo de validade do primeiro.

5.

Resposta: D
Comentários:
Art. 132, I da Lei 8.112/90

6.

Resposta: D
Fundamento
I. Art. 53, § 1º da Lei 8.112/90
II. Art. 53, § 2º da Lei 8.112/90

III. Art. 57 da Lei 8.112/90

7.

Resposta: poderão
Comentários:
Art. 125 da Lei 8.112/90

8.

Resposta: C
Comentários:
Art. 13, § 1º da Lei 8.112/90
Art. 13, § 3º da Lei 8.112/90
Art. 13, § 6º da Lei 8.112/90
Art. 14, caput da Lei 8.112/90
Art. 13, § 4º da Lei 8.112/90

9.

Resposta: B
Fundamento
Art. 77, § 3º da Lei 8.112/90

10.

Resposta: D
Comentários:
Art. 122, § 2º da Lei 8.112/90

11.

Resposta: C
Comentários:
Art. 60-D, caput, §§ 1º ao 4º e Art. 60-E da Lei 8.112/90

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 35ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2019.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 18ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Editora Método, 2019.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 28ª ed. – São Paulo: Editora Método, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32ª Ed. Editora Forense, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 27ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2019.

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.*

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 : *Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.*

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990: *Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.*

LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999: *Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.*

1000

Questões fundamentadas
Lei 8.112/90

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016: Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

LEI Nº 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019: Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008.

COMO ADQUIRIR

40,00	1.000 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DA LEI 8.112/90
--------------	---

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) PIX

CPF: **099.911.856.07**

Favorecido: **Giovanni Gomes Esteves**

Banco: **Caixa Econômica**

B) Depósito em conta

1000

Questões fundamentadas
Lei 8.112/90


Favorecido: **Giovanni Gomes Esteves**

Banco: **Caixa Econômica**

Agência: **3234**(Governador Valadares-MG)

Operação: **013**

Conta: **00000870-5** (poupança)

Envie para o nosso **WhatsApp: (33) 99128-3429**  o comprovante da transferência/depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do **PAGSEGURO**. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

WhatsApp: (33) 99128-3429 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

 **odiferencial**
CONCURSOS
www.odiferencialconcursos.com.br